

A. I. N° - 128984.1667/22-5  
AUTUADO - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SÃO ROQUE LTDA.  
AUTUANTE - RUI ALVES DE AMORIM  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BENITO GAMA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.09.2024

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF N° 0188-05/24-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO TOTAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCRENCIADO. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Total antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Contribuinte encontrava-se na condição de descredenciado, no entanto, verificou-se que o descredenciamento foi gerado por uma situação indevida, tendo sido restaurado o *status quo* somente após a lavratura da presente notificação. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, **Trânsito de Mercadorias**, lavrado em **07/10/2022**, exige da Autuada ICMS no valor histórico de **R\$ 32.847,22**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 19.708,33, totalizando o montante de **R\$ 52.555,55** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

**Infração 01 - 054.005.008:** Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Autuante descreve os fatos que se trata de:

*“Aquisição interestadual de mercadorias tributadas procedente de outra unidade federada e destinadas a comercialização por contribuinte do Estado da Bahia cuja a inscrição encontra-se na situação de DESCRENCIADO, por não atender aos requisitos previstos na legislação tributária em vigor, e não ter sido efetuado o recolhimento da antecipação tributária parcial na entrada do território deste Estado conforme DANFes de nºs. 625.967 a 625.973, TOF de nº 129483.1374/22-1”*

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos**: o Auto de Infração de nº **128984.1667/22-5**, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 03); a memória de cálculo da Antecipação Parcial efetuada pelo Autuante, (fl. 04); o **Termo de Ocorrência Fiscal de nº 129483.1374/22-1, lavrado às 17h31min da data de 04/10/2022** (fls. 05 e 06); os DANFes das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nºs. **625.968 a 625.973, Venda de Produção**, procedente do **Estado de São Paulo** (fls. 08 a 21), emitidas **na data de 30/09/2022**, pela Empresa Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A, que carrega as mercadorias de **NCM de nºs 9619.00.00 (Absorventes, Protetor diário, fralda) e 4818.10.00 (Papel higiênico)**; a consulta da situação da Notificada constando como “Contribuinte Descredenciado” – Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa, efetuada na data de **04/10/2022** (fl. 22); os documentos do motorista e do veículo (fls. 24 e 25).

A Autuada apresentou impugnação, através de advogado, às fls. 52 a 60, protocolizada na IFEP NORTE/COORD. ADMIN na data de 11/10/2023 (fl. 51).

Em seu arrazoado a Autuada iniciou sua peça de defesa alegando a sua tempestividade e no subtópico “**Da Autuação Fiscal**” trouxe o *print* da pagina inicial do Auto de Infração contendo a

Descrição dos Fatos, a Infração, o Enquadramento Legal bem como o valor histórico do Débito e no subtópico ***“Da Nulidade do Auto de Infração”*** consignou ser nulo em face da manifesta impropriedade, especialmente por inexistência de justa causa para sua lavratura, uma vez que a Autuada não vulnerou os dispositivos legais inseridos sendo a impropriedade gritante, vez que não exsurge o ânimo sancionatório exigido na exação sendo que a conduta ilícita não passa de equívocos, cujos dispositivos não possibilitam o entendimento esposado na exação, tampouco abre espaço ou possibilidade para o apenamento pretendido, não restando dúvida que o ato administrativo vinculado está eivado de vício por falta de validade do ato administrativo devendo o mesmo ser desconstituído através da sanção de nulidade.

Trouxe no subtópico ***“Da Impugnação - Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal”*** que com base na descrição dos fatos apresentados pelo auditor verifica-se que foi cobrada a antecipação tributária parcial pelo fato do contribuinte encontrar-se descredenciado no sistema da SEFAZ/BA/12 por estar com suposto débito em Dívida Ativa.

Contou que nos termos do inciso IV do parágrafo único, do art. 7 B do Decreto de nº 7.799/00, foi previsto o regime especial que conforme tal normativa o contribuinte não teria direito a esse regime ficando desenquadrado do tratamento tributário se possuísse débito inscrito em dívida ativa.

Tratou que o sistema da SEFAZ identificou um suposto débito de ICMS inscrito na dívida ativa no valor de R\$ 1.079,24 correspondente ao PAF 850000.5177/22-2. Explicitou que por um erro material foram transmitidas DMA's com divergências de valores apurados e pagos nos meses de 06/2021 e 07/2021.

Contou que em 06/2021 foi informado na DMA o valor de R\$ 46.719,75 e o valor correto seria R\$ 46.260,60, e no mês de 07/2021 foi informado na DMA de R\$ 23.898,65 e o valor correto seria de R\$ 23.743,21. Assim constatado que tais divergências foram devidamente apresentadas nas retificadoras das DMA's e após as devidas conferências, **a própria SEFAZ reconheceu a improcedência da inscrição do débito em dívida ativa**, por inexistência de débito e gerado o número do processo de cancelamento de inscrição sob o nº 121119/2022-7, desta forma, restou clara a suspensão da exigibilidade de tal débito inscrito em dívida ativa, tendo em vista que a própria SEFAZ já havia reconhecido a sua improcedência e solicitado a Procuradoria da Fazenda o cancelamento da inscrição.

Ressaltou que devido à demora no cancelamento da inscrição do referido débito e volta do credenciamento para antecipação tributária em 25/10/2022, foram ocasionadas diversas notificações de trânsito aplicando a penalidade da antecipação tributária parcial com multa e juros por estar descredenciada no sistema da SEFAZ/BA/12.

Registrou que tal imposto referente às Notas Fiscais de nºs 625.967 a 625.973 foi devidamente incluído no pagamento do mês de Outubro/2022, no valor total de R\$ 183.837,69, deduzido o incentivo fazenda atleta de R\$ 5.200,00 (DAE e comprovantes de pagamento em anexo) referente ao ICMS Antecipação Parcial conforme tabela disposta (fl. 59).

Finalizou no tópico ***“Do Pedido”*** protestando provar o alegado por todos os meios de provas admitidas, ainda que necessária a conversão do julgamento em diligências, sobretudo para juntada de documentos em poder de terceiros, perícias etc. Assim sendo, pelos fatos e fundamentos explicitados na presente impugnação, requereu:

- a) Seja reconhecida e declarada a nulidade do processo.
- b) Seja inteiramente anulada a infração nº 01 por estar indevidamente descredenciada por inexistência de débito inscrito na dívida ativa.
- c) Por fim, requereu que as intimações relativas ao presente processo, sejam realizadas em nome de Bruno Garcia Melo Lopes de Araújo, OAB/BA 34.609, com endereço profissional na Rua Dr. Sabino Silva, 976, Ponto Central, CEP 44.075-085 – Feira de Santana (BA) – Tel. (75)

3221-1560, **sob pena de nulidade processual.**

Em sessão de pauta suplementar do dia 30/06/2023 (fl. 43), esta 5ª JJF submeteu o presente PAF aos seus membros onde se decidiu converter o presente processo em diligência à Infaz de origem no sentido de intimar a Autuada para que a mesma apresentasse sua defesa administrativa em seu inteiro teor, tendo em vista que o Relator, ao compulsar os autos, averiguou que a defesa acostada às folhas 27 a 35 continha diversas páginas em branco o que impossibilitaria sua apreciação.

O Autuante apresentou Informação Fiscal, folha 79, onde em seu arrazoadado em relação ao item **“Da Nulidade do Auto de Infração”** a Autuada alegou que é nulo em face da sua manifesta impropriedade, especialmente por inexistência de justa causa para sua lavratura, por inocorrência de qualquer ilicitude, e deixou de observar as formalidades exigidas em sua lavratura, argumentou que o lançamento ocorreu por estar a Autuada descredenciada para efetuar o pagamento da Antecipação Tributária Parcial nos prazos estipulados pela legislação tributária em vigor e que o ICMS não fora recolhido nesse prazo, finalizando requerendo que seja julgada Procedente a autuação.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

#### VOTO

O presente Auto de Infração, em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrado em 07/10/2022, exige da Autuada ICMS no valor histórico de **R\$ 32.847,22**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 19.708,33, totalizando o montante de **R\$ 52.555,55**, em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

**O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada** referenciando a alínea “b”, do inciso III, do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

Conquanto ao pedido expresso da defesa a fim de que as comunicações e intimações fossem feitas na pessoa de seus advogados, nada impede que tal prática se efetive, e que as intimações possam ser encaminhadas, bem como as demais comunicações concernentes ao andamento deste processo para o endereço apontado. Entretanto, o não atendimento a tal solicitação não caracteriza nulidade do ato processual, uma vez que a forma de intimação ou ciência da tramitação dos processos ao sujeito passivo encontra-se prevista nos artigos 108 a 110 do RPAF/99, os quais guardam e respeitam o quanto estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN, em seu artigo 127, estipulando como regra, a eleição do domicílio tributário pelo sujeito passivo.

Da mesma forma, com a instituição do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), a comunicação entre a Secretaria da Fazenda e o contribuinte passou a utilizar este canal, dispensando qualquer outro meio, sendo a sua instituição feita pela Lei de nº 13.199 de 28/11/2014, a qual alterou o Código Tributário do Estado da Bahia no seu artigo 127-D.

Destacando-se que é através de tal mecanismo, que a SEFAZ estabelece uma comunicação eletrônica com seus contribuintes para, dentre outras finalidades, encaminhar avisos, intimações, notificações e cientificá-los de quaisquer tipos de atos administrativos, não tendo mais sentido qualquer outra forma de intimação que não o DT-e.

Inicialmente, necessário se faz enfrentar a preliminar suscitada na peça recursal consistente na **alegação de nulidade** do Auto de Infração em face da manifesta impropriedade especialmente por inexistência de justa causa para sua lavratura uma vez que a Autuada não vulnerou os



dispositivos legais inseridos, sendo a impropriedade gritante, vez que não exsurge o ânimo sancionatório exigido na exação sendo que a conduta ilícita não passa de equívocos, cujos dispositivos não possibilitam o entendimento esposado na exação, tampouco abre espaço ou possibilidade para o apenamento pretendido, não restando dúvida que o ato administrativo vinculado está eivado de vício por falta de validade do ato administrativo devendo o mesmo ser desconstituído.

Entretanto não é o que se averigua ao compulsar os autos, onde no que diz respeito aos aspectos formais, constato, que nos autos está descrita a infração cometida, apontando as condutas praticadas pela Autuada, os artigos infringidos, o prazo para interposição de defesa ou usufruto do benefício de redução dos percentuais de multa, além de indicar o sujeito passivo, tudo em conformidade com a disposição contida no artigo 39 do RPAF/99, assim, observo que todos os elementos necessários para possibilitar a elaboração de sua defesa lhe foram apresentados e **pelo teor de sua peça de impugnação**, devidamente recebida e ora apreciada, constato não haver qualquer dúvida de que a Autuada entendeu perfeitamente acerca da imputação que sobre si recaiu.

Infiro, portanto, que a capitulação legal constante da infração é condizente com os fatos reais e com o direito aplicável, conforme consta no campo do “Enquadramento”. Desta forma, concluo que à Notificada foi garantida a ampla defesa, tendo exercido livremente o exercício do contraditório, inexistindo no Auto de Infração qualquer das hipóteses previstas no art. 18 do RPAF/99 que ensejasse sua nulidade.

Em apertada síntese, no mérito, a Autuada alegou que por erro material foram transmitidas as DMA’S dos meses de 06 e 07 de 2021, com divergências entre os valores apurados e pagos, tendo a SEFAZ identificado um suposto débito de ICMS, e que depois da apresentação das retificadoras das DMA’S, a própria SEFAZ reconheceu a improcedência da inscrição do débito em dívida ativa e gerou um processo de cancelamento de inscrição junto a Procuradoria da Fazenda. Nesse ínterim, em razão da demora do cancelamento da inscrição na dívida ativa do referido débito, e a consequente volta do credenciamento, ocorreu a lavratura de diversas notificações fiscais cobrando o pagamento do ICMS da antecipação parcial com juros e multas.

Tem-se que o presente Auto de Infração resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Benito Gama** (fl. 01), relacionado aos DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nºs. **625.968 a 625.973, Venda de Produção**, procedente do **Estado de São Paulo** (fls. 08 a 21), emitidas **na data de 30/09/2022**, pela Empresa Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A, que carregava as mercadorias de NCM de nºs **9619.00.00 (Absorventes, Protetor diário, fralda)** e **4818.10.00 (Papel higiênico)**, conforme disposto **inciso III, alínea “b”** do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º assistindo-se que o descredenciamento se deu em razão do **inciso II do § 2º** de possuir débito inscrito em Dívida Ativa.

*“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*(...)*

*b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;*

*(...)*

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por **antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal**, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*(...)*

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;*

Constatando que os produtos adquiridos pela Autuada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio e Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante na NF-es de nºs. **625.968 a 625.973** (art. 23, inciso III da Lei 7.014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7.014/96.

Acrescenta-se que **em relação ao credenciamento**, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que **no momento da instantaneidade da ação fiscal e da lavratura do Auto de Infração na a Autuada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, de 13/09/2022 a 24/10/2022**, o que a **impossibilitava de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS estabelecido até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e**.

3705630	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SAO ROQUE	Grandes Empresas
SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa
13/09/2022	sim desde 24/10/2022	NORMAL
78143163	<POR fjunior FERNANDO CARNEIRO DE ALMEIDA JUNIOR> Solicitado cancelamento do DD 850000.5177/22-2	

Entendo que a Autuada explicou que o descredenciamento que motivou a presente exigência fiscal decorreu do PAF de nº 850000.5177/22-2, tendo-se identificado um suposto débito de ICMS e após realizar-se a retificação das Declarações e Apuração Mensal do ICMS - DMAS a SEFAZ **reconheceu a improcedência da inscrição do débito** em dívida ativa e gerando-se um processo de cancelamento de inscrição junto a Procuradoria da Fazenda.

Nesta seara, conforme pode-se constatar, essa Relatoria em consulta realizada ao Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, verificou que o lançamento tributário que motivou o descredenciamento da Autuada foi sua inscrição na Dívida Ativa na data de **13/09/2022**, e **solicitado o cancelamento da inscrição na data de 24/10/2022**, estando dentro do período de DESCREDENCIADO, **de 13/09/2022 a 24/10/2022**, lançado no Sistema SCOMT. Ressalta-se que em consulta ao Sistema de Informações do Contribuinte – INC **averigui não haver nenhum outro PAF inscrito em dívida ativa** que poder-se-ia corroborar a manutenção da Notificada na situação Descredenciada por “restrição crédito dívida-ativa”.

#### RELATÓRIO OCORRÊNCIA DO PAF

##### PAF

850000.5177/22-2	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S	IE:	009.958.135
Fase/Situação	Inicial /ARQUIVADO	CNPJ/CP	03.705.630/0005-83

Data Evento	Ocorrência	Detalhes	Fase	Situação	Data Sistema	Usuário	Sistema
24/10/2022	Débito do PAF - Cancelado	Pagamento antes da lavratura	Inicial	ARQUIVADO	24/10/2022 17:1	heruz	DSCRE
24/10/2022	Débito do PAF - 2 Solicitado Cancelamento		Inicial	REVEL - INADIMP/Em Aberto	24/10/2022 17:1	arferreira	DSCRE
24/10/2022	Débito do PAF - 1 Solicitado Cancelamento		Inicial	REVEL - INADIMP/Em Aberto	24/10/2022 17:1	arferreira	DSCRE
24/10/2022	Inscrição na Dívida Ativa - Cancelamento	24718418002	Inicial	REVEL - INADIMP/Em Aberto	24/10/2022 17:1	heruz	DSCRE
24/10/2022	Insc na Dívida Ativa - Solicitação de cancelamento	Pagamento anterior ao vencimento.	Div Ativ	INSC NA D ATIVA/Em Aberto	24/10/2022 17:1	arferreira	DSCRE
13/09/2022	Inscrição na Dívida Ativa	24718418002	Div Ativ	INSC NA D ATIVA/Em Aberto	13/09/2022 15:4	izabel	DSCRE

Nesta seara, é forçoso reconhecer que embora a ação fiscal tenha sido correta, interpreto que a Autuada, havia corrigido seu erro, entendendo esta Relatoria que a presente exigência fiscal não pode ser mantida pela tardança em se reestabelecer o *status quo* da Autuada quanto ao credenciamento, tendo o próprio fisco cancelado a situação que gerou o descredenciamento *posteriori* quando já lavrado o presente Auto de Infração.

Assim sendo, considero que no momento da ação fiscal a Autuada reunia as condições estabelecidas no § 2º do art. 332 do RICMS/BA/12, **para poder usufruir** do prazo regulamentar para pagamento postergado da obrigação tributária.

Isto posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, o Auto de Infração de nº **128984.1667/22-5**, lavrada contra **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SÃO ROQUE LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR